

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Demissão de Cristovam lembrou a saída de Prates

## Prates aprendeu que Lula não gosta de ser contrariado

O ex-ministro da Educação Cristovam Buarque estava em Lisboa no famoso café A Brasileira, onde há uma estátua de Fernando Pessoa. Ali, ele dava uma entrevista a um jornal português, quando seu celular tocou. Cristovam atendeu, ouviu muito e pouco disse. Alguns minutos depois, disse à repórter que o entrevistava: "Acabei de ser demitido". A repórter olhou-o

incrédula e fez o seguinte comentário: "Vós, brasileiros, tendes mesmo um humor muito peculiar". Não era uma brincadeira: Cristovam tinha mesmo acabado de ser demitido pelo telefone, a partir de uma ligação saída do terceiro andar do Palácio do Planalto. O episódio vem à lembrança pela forma semelhante como agora foi demitido Jean Paul Prates da Petrobras.

## Perigo

Nos dois episódios, a mesma certeza: contrariar Lula é um grande perigo. Após a sua demissão, Cristovam cunhou uma expressão para explicar seu sentimento: "Frustrativo", uma mistura de frustração com alívio. Porque houve tensão com Lula quase o tempo todo.

## Declarações

Cristovam dava declarações nas quais criticava posicionamentos de Lula que considerava equivocados com relação às prioridades que deviam ser dadas à educação. Imaginava que podia ser uma forma de pressionar. Lula nada dizia, mas ia acumulando.

Ricardo Stuckert/PR



Lula foi seco na demissão de Jean Paul Prates

## Lula esperou poeira baixar para demitir Prates

Na questão da Petrobras, repetiu-se o roteiro. Menos do que a questão específica sobre a distribuição dos dividendos da estatal, o que tirou o humor de Lula foi ter interpretado que Prates queria agir na Petrobras como se não fosse um seu subordinado. Ok, a Petrobras é uma estatal, com outros acionistas e certos com-

promissos com o mercado. Mas o maior acionista é o governo, e quem nomeia o presidente da empresa é o presidente da República. Ao final, Lula até acabou pagando os dividendos da forma como não queria. Mas, além da questão prática, o que o irritou foi se ver contrariado quando Prates se absteve no tema.

## Parecido

Se com Cristovam Lula pegou o telefone e demitiu-o sem maiores considerações, com Prates a diferença foi a presença física. Mas tinha sido Prates quem tinha pedido antes uma reunião com Lula. Quando Lula marcou, foi para comunicá-lo que precisava do cargo.

## Presenças

Lula ainda manteve na sala os dois desafetos de Prates no governo: os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa. Levando Prates mesmo a dizer, na carta que enviou aos funcionários da Petrobras, que os dois se "regozijavam" com a situação.

## Questões

Tanto no caso de Cristovam quanto no de Prates, é incorreto imaginar que os problemas decorreram mais de questões políticas e ideológicas. Ambos são de esquerda. Cristovam, como governador do DF, deu início aos processos sociais que redundaram no Bolsa-Família.

## Reações

E Prates, como senador, sempre esteve afinado aos posicionamentos políticos do PT. Mas as mágoas podem gerar reações. Cristovam acabou deixando o partido, foi primeiro para o PDT e depois para o Cidadania. Prates talvez agora faça caminho semelhante.

## Congresso retoma votação da desoneração da folha

Acordo garante retomada gradual da tributação a partir de 2025

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após o governo federal e o Congresso Nacional definirem as medidas adotadas para ajudar a população atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul (RS), os poderes suspenderam a trégua velada entre si e retornaram as negociações frente à "guerra fria" entre Executivo e Legislativo. A expectativa é que, já na próxima terça-feira (21), o Congresso retome a discussão sobre a desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia e redução da alíquota de municípios. A informação foi divulgada pelo senador Efraim Filho (União Brasil-PB) à imprensa, na quinta-feira (16).

"É uma semana de Marcha dos Prefeitos, inclusive seria um gesto também do Congresso Nacional, com os municípios brasileiros, que sabemos estão com as suas finanças esgotadas, principalmente os pequenos municípios, apertados com essa alíquota previdenciária a 20%. Esses três meses de alíquota a 8% deram um fôlego", disse o senador.

## Acordo

Na quarta-feira (15), Efraim Filho protocolou o Projeto de Lei (PL) nº 1847, de 2024, que tem o objetivo de validar o acordo fechado entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o Congresso Nacional sobre o tema. O acordo garante a manutenção da desoneração da folha de salários em 2024 e, a partir de 2025, começa um aumento gradual da tributação, aumentando em um ponto percentual da Cofins-Importação para compensar a desoneração.

Segundo o senador, a retomada gradual para o próximo ano visa garantir segurança jurídica às empresas enquadradas



Efraim Filho espera votar na semana que vem projeto da desoneração

na desoneração. "Para dar esse conforto, essa paz de espírito a quem empreende e para quem é empregado não ser surpreendido com um aviso prévio ou lista de demissão, eu acredito que construção está bem encaminhada", declarou Efraim Filho.

Se aprovada a medida, o aumento passa a valer a partir do dia 31 de dezembro deste ano. Nos anos seguintes, ela passaria para 0,8% em 2025; 0,6% em 2026, e 0,4% em 2027. A partir de 2028, será retomada completamente a oneração da folha com alíquota de 20%. Durante esse período de transição, as empresas não precisam pagar impostos sobre a folha do 13º salário. Os três anos resultarão em um impacto de R\$ 19,51 bilhões aos cofres públicos.

Os empresários contemplados pela medida têm pressa para que a desoneração permaneça neste ano, visto que, o prazo para o pagamento da contribuição previdenciária termina na próxi-

ma segunda-feira (20).

"Queremos trabalhar com a expectativa de que até dia 20 essa solução esteja validada, votada, e aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional. Se for preciso um prazo de tempo maior para que isso se consolide, a gente espera que haja uma portaria ou uma decisão administrativa do próprio governo federal suspendendo a cobrança", disse Efraim Filho à imprensa.

## AGU

Na noite de quarta-feira (15), a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Suprema Corte suspenda por 60 dias a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7633, proferida pelo ministro Cristiano Zanin, que trata da desoneração da folha dos 17 setores da economia e nos municípios. O pedido foi encaminhado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, que voltou

atrás com a decisão em tentar derrubar a desoneração da folha após o acordo firmado entre governo e Congresso.

Em resposta, Zanin solicitou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o caso. Dessa forma, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá de elaborar um parecer informando se concorda ou não com o requerimento.

Há pouco mais de três semanas, a AGU havia recorrido ao STF para que derrubasse o projeto de desoneração da folha de pagamento. Na época, o ministro Cristiano Zanin acatou o pedido alegando que não teria sido demonstrado o impacto financeiro da medida, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. A medida virou pauta do plenário virtual do Supremo, que está com cinco votos favoráveis e nenhum contrário. O julgamento estava suspenso após pedido de vista do ministro Luiz Fux.

## Sem relator, regulamentação da tributária está parada

Por Gabriela Gallo

Entregue ao Congresso Nacional pela equipe econômica do governo federal há três semanas, a discussão acerca do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que regulamenta a reforma tributária está parada no Legislativo por falta da definição de relatores. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar toda a regulamentação atual até o dia 20 de junho. Porém, a falta de um relator não traz expectativas otimistas para o tema. Tanto Lira quanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) querem aprovar a regulamentação da reforma tributária ainda neste ano, enquanto ambos ainda são presidentes das Casas.

A expectativa é que Lira anuncie os nomes responsáveis pela relatoria nos próximos dias. Ele ainda precisa anunciar o grupo de trabalho que vai debater a regulamentação da reforma tributária. Na avaliação de Lira, o tema é muito amplo para que a relatoria fique concentrada nas mãos de apenas um deputado relator. Ele ainda espera que o grupo, formado por deputados e setores envolvidos, debata o tema dure 50 dias. Um dos nomes cotados para participar do grupo é o do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), vice-líder do maior bloco da Câmara, que faz parte do PP, partido de Lira.

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira quer aprovar projetos de Haddad neste semestre

## A reforma

Tal como foi a discussão para aprovar a reforma, a regulamentação da reforma tributária é longa e exige cuidado para não causar ruídos sobre a medida. Durante um evento na quinta-feira (15), o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, defendeu que a medida irá "simplificar o máximo possível a vida dos contribuintes" e "distorcer o mínimo possível a organização da atividade econômica e as decisões de consumo".

A regulamentação gera a dúvida se, na prática, haverá um aumento de impostos ou não. O texto proposto pelo governo federal estipula que os entes federativos podem mudar a alíquota padrão estabelecida no projeto final aprovado pelo Congresso. De acordo com o texto, o aumento ou

redução do imposto base precisa ser feito em pontos percentuais, para, na avaliação do governo, trazer mais precisão às possíveis mudanças.

A alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) é de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%.

Durante participação do evento Lide Brazil Investment Forum, em Nova York, também na quinta-feira (16), o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defendeu que, caso a regulamentação da medida gere um aumento da carga tributária, isso irá contra o princípio da reforma.

"Foi um marco histórico [a aprovação da reforma] e não podemos perder o objetivo maior de justiça social. Não podemos permitir que numa regulamen-

tação haja aumento de impostos", disse Aguinaldo Ribeiro.

## Cesta Básica

Enquanto não é definido o grupo de trabalho e o relator responsável pelo projeto, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara ouviu, na quinta-feira, representantes da sociedade civil e do governo federal sobre a cesta básica nacional, cujos itens terão alíquota zero. Os representantes defenderam que alimentos ultraprocessados fiquem de fora da cesta básica nacional que será definida na regulamentação da reforma tributária.

A cesta básica proposta pelo governo federal contém 15 itens, no geral, saudáveis e poucos ultraprocessados. Esses itens ficarão livres de cobranças do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Lembrando que o IBS é um imposto de competência estadual e municipal, enquanto o CBS é um imposto de competência federal, ambos tributam bens e consumo.

Além desses dois tributos, também há o Imposto Seletivo, ou "imposto do pecado", que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e aça-caradas e cigarros. Na audiência pública realizada na Câmara, os representantes defenderam que os itens ultraprocessados na cesta básica sejam taxados pelo novo Imposto Seletivo.